

Gestão Participativa, práticas de governança e o desenvolvimento sustentável em cidades turísticas de pequeno porte

NÁDIA MARA FRANZ

INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA ISAE

CLEVERSON VITORIO ANDREOLI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TÍTULO: GESTÃO PARTICIPATIVA, PRÁTICAS DE GOVERNANÇA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CIDADES TURÍSTICAS DE PEQUENO PORTE

INTRODUÇÃO

A participação social no processo de políticas públicas no Brasil vem ganhando espaço entre os discursos políticos desde os anos 80, como uma das respostas plausíveis à crise do Estado e da redemocratização do país. A Constituição de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã, institucionalizou a participação do cidadão na formatação e no controle das políticas públicas brasileiras, porém é primordial identificar onde e como o cidadão está sendo ouvido em seus anseios e se estes refletem o desejo do coletivo da sociedade.

Por outro lado, as estruturas iniciais da governança pública no país também ganharam espaço na Constituição de 1988, na qual o Estado organizou seus poderes, política e administrativamente, segregou os papéis e instituiu os controles internos e externos. Leis e decretos foram moldando os princípios hoje adotados como de governança pública no Brasil.

Contudo, todo o aparato de instrumentos e procedimentos que promovem a gestão pública participativa e as práticas de governança ainda necessitam de análise crítica dos métodos a serem adotados por todas as esferas governamentais, pois a crítica objetiva a melhoria do processo, da redemocratização do país e de um caminho tido como possível rumo ao desenvolvimento sustentável. Há de se questionar se a sociedade civil e as administrações públicas municipais, sobretudo as de pequeno porte, que contam com pouca estrutura, estão organizadas e capacitadas para desempenharem seus papéis no processo de políticas públicas, utilizando os diversos instrumentos disponíveis. Há de se questionar também se as gestões participativas e as práticas de governança pública realmente influenciam o desenvolvimento sustentável de uma cidade.

Neste contexto que reside o interesse dessa pesquisa que é o de analisar a relação entre a gestão participativa, as práticas de governança pública e o desenvolvimento sustentável de cidades de pequeno porte (com menos de 100 mil habitantes) que somam 94% das cidades brasileiras. (IBGE, 2017). Para tal, o estudo está estruturado em duas fases: (i) identificar e descrever as políticas adotadas pela administração pública municipal que promovam a gestão participativa e a governança. (ii) comparar e analisar indicadores de desempenho das cidades. Ambas as fases são relacionadas ao Tripé da Sustentabilidade que consideram as dimensões: econômica, social e ambiental. Os indicadores selecionados são baseados na NBR ISO 37120:2017, que é a norma técnica aprovada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionada ao desenvolvimento sustentável das cidades.

Esse trabalho deriva da dissertação de mestrado apresentado no programa de Mestrado Governança e Sustentabilidade do Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE. A metodologia empregada tem as características da abordagem mista, de natureza aplicada, com delimitação e design técnico de estudo de casos múltiplos com síntese cruzada. Os objetivos específicos são de caráter exploratório – descritivo. A inferência estatística utilizada é o da amostra intencional, na qual são definidos critérios para a seleção de cidades que são: Uma cidade em cada região do país, ser de pequeno porte, de economias concentradas no turismo, com expressivas áreas de preservação ambiental e que demonstrem utilizar práticas de governança pública e de gestão participativa na administração do município.

O turismo vem ganhando força e papel de destaque na economia dos países. De acordo com a Organização Mundial do Turismo - OMT, nos últimos 15 anos, o setor emprega 1 em cada 11 empregos no mundo. No Brasil, o turismo representa 3,7% do PIB, movimenta US\$ 7 bilhões de receita anual e emprega 8,5 milhões de brasileiros. Contudo, o maior desafio do setor é produzir retornos econômicos, sociais e ambientais de forma sustentável ao município.

As cidades da amostra são Bombinhas/SC, Ilhabela/SP, Cairu/BA, Caldas Novas/GO e Mateiros/TO que são destinos turísticos importantes à sua região e ao país, possuem unidades de conservação ambiental e dependem de suas belezas naturais como fonte de geração de renda.

Os resultados das análises dos dados de cidades em regiões distintas do Brasil, diferentemente da maioria das pesquisas que abordam uma determinada região do país, demonstram que mesmo sendo em regiões distantes e distintas uma das outras, tanto em sua cultura como em sua geografia, apresentam pontos importantes em comum que são relevantes ao estudo científico e à fonte de consulta pública para a melhoria dos processos de participação social e das práticas de governança na esfera municipal.

O objetivo desse trabalho é analisar os efeitos da gestão participativa e práticas de governança da administração pública municipal no desenvolvimento sustentável de uma cidade. Os objetivos específicos são identificar e descrever as políticas adotadas pela administração pública municipal que promovam a gestão participativa e a governança relacionadas ao desenvolvimento sustentável e analisar os indicadores de desempenho dessas cidades nas dimensões do desenvolvimento sustentável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

DESENVOLVIMENTO, CIDADE E TURISMO SUSTENTÁVEL

A incorporação dos temas sobre a sustentabilidade na agenda pública é historicamente ainda recente em muitas administrações públicas municipais. O conceito do desenvolvimento sustentável foi estabelecido na década de 70 e um dos mais aceitos é o de Brundtland:

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (Nações Unidas, 1987).

A Conferência das Nações Unidas de Estocolmo (1972) levou à discussão entre os líderes mundiais da necessidade do equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente, freando a degradação ambiental instalada.

Sachs (2009) estabeleceu oito aspectos a serem considerados para o desenvolvimento sustentável, que são: Social (igualdade, distribuição de renda, qualidade de vida), Cultural (tradição e inovação), Ecológica (uso racional dos recursos), Ambiental (preservação dos ecossistemas naturais), Territorial (equilíbrio entre as áreas urbanas e rural, melhoria das cidades), Econômico (desenvolvimento econômico equilibrado, inovação e globalização da economia), Política Nacional (coesão social, parcerias, democracia) e Política Internacional (promoção da paz, prevenção de mudanças climáticas e cooperação). (Sachs, 2009, p. 85).

Atualmente, o conceito mais utilizado de desenvolvimento sustentável se baseia em três aspectos básicos: econômico, social e ambiental. É considerado o tripé da sustentabilidade, também conhecido por *Triple Bottom Line*, definido por John Elkington, em 1990.

No Brasil foram realizadas conferências sobre temas de desenvolvimento sustentável que obtiveram destaque e com resultados aplicáveis. Em 1992, na Conferência da ONU no Rio de Janeiro, foram articulados acordos, tratados, convenções e a apresentação da Agenda 21, definida como um plano de ação para o século 21 e um compromisso dos países com a sustentabilidade do planeta. É considerado um marco na história brasileira de mobilização

internacional para as questões ambientais. A conferência Rio+20 foi um propulsor para a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Embasados nos ODMs – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e no estudo conjunto de governos e a sociedade civil de vários países, foi lançado em 2015, na Cúpula da ONU, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS que estão subdivididos em 169 metas a serem cumpridas por todos os países até 2030. De acordo com conteúdo das Nações Unidas, os objetivos e as metas estão fundamentados em cinco dimensões do desenvolvimento sustentável: Pessoas: Erradicar a fome e a pobreza de todas as maneiras, Prosperidade: Garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza. Planeta: Proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta. Paz: Promover sociedade civis pacíficas, justas e inclusivas. Parcerias: Implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS são interdependentes e necessitam ser aplicados globalmente, de forma integrada, e agir localmente. O cumprimento dos objetivos dos ODS depende de políticas, ações e parcerias regionais e locais. A ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, contribui com as parcerias pública, privada e sociedade civil para o cumprimento das metas e objetivos até 2030.

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

O ODS 11 se relaciona ao desenvolvimento sustentável das cidades e para ser alcançado é necessário que se avance no cumprimento das metas dos outros objetivos, dado sua interdependência com os demais ODS, pois entre suas metas estão o acesso a todos de habitação com energia, saneamento básico, transporte e segurança, buscando a eficiência dos recursos. O ODS 11 apoia planejamentos urbanos integrados ao peri urbano e rural que promovam o crescimento econômico, o bem-estar social e recuperem e protejam o meio ambiente, mitigando as mudanças climáticas, as catástrofes e as mortes decorrentes destas.

Cidades Sustentáveis

Segundo dados da ONU, mais de 50% da população mundial habita nas cidades e até 2030 deverá chegar à 70%, sendo que destes, 10% vivem em assentamentos precários e deve triplicar até 2050, ou seja, chegar a três bilhões de pessoas. Na América Latina 75% da população vivem em áreas urbanas e no Brasil este índice ultrapassa a 86%.

Contudo, como as cidades não tem infraestrutura para abrigar tamanha população, há o desencadeamento de uma série de problemas como falta de saneamento, moradia e acesso à saúde e educação. A ONU alerta que as cidades consomem mais de 75% do total de energia produzida e emitem 80% dos gases que causam o aquecimento global. A fome, desemprego, desigualdade social, congestionamentos de trânsito, poluição de todas as formas e degradação do meio ambiente se somam aos desafios a serem repensados pelos gestores públicos e sociedade civil, a fim de que as cidades encontrem o caminho para a sustentabilidade.

“O conceito de cidades sustentáveis requer uma nova lógica de funcionamento, gestão e crescimento em detrimento das que foram praticadas no século XX, seguindo a ideia de crescimento com esgotamento”. (Leite, 2012, como citado em Rego, 2013, p. 549).

Sachs (2009, p. 53) ressalta que é necessário adotar padrões negociados e contratuais de gestão de biodiversidade, estabelecer o uso racional e sustentável dos recursos naturais em prol das populações locais e incorporar a conservação da biodiversidade como um componente de estratégia de desenvolvimento.

Diante desta realidade, percebe-se que temas que envolvem as cidades têm tomado a agenda de órgãos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, que se debruçam em estudos para transformar o pacto global dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável - ODS em ações locais nas cidades, na área rural e nos assentamentos, pois é nestes espaços que permeiam a agenda do desenvolvimento e o alcance dos ODS até 2030.

A ONU Habitat atua com os países membros na Agenda Urbana para o desenvolvimento sustentável das cidades e tem em suas estratégias os seguintes princípios: a urbanização deve proteger e promover os direitos humanos, garantir a equidade no desenvolvimento urbano, empoderar a sociedade civil, expandir a democracia; promover a sustentabilidade ambiental, incentivar a inovação que facilite o aprendizado e a aquisição de conhecimento.

De acordo com a ONU os planejamentos urbanos devem contemplar soluções de conflitos já existentes como a pobreza e a desigualdade, atuar na prevenção e adaptação às mudanças climáticas e ser um agente transformador aliado na inovação.

“Toda cidade sustentável se desenvolve a partir de uma ligação adequada, respeitada e ponderada entre o meio ambiente construído e a geografia natural. Portanto, planejar todas as etapas da urbanização é essencial para que a cidade possa ser bem cuidada”. “Sendo assim, são necessários modelos contemporâneos adequados ao desenvolvimento sustentável, reformulados conjuntamente, pela atuação pública e privada”. (Leite, 2012 como citado em Rego, 2013, pp. 548 - 549).

De acordo com o Programa Cidades Sustentáveis (2012), as cidades sustentáveis caracterizam-se por boa gestão e governança pública, planejamento, consciência política, participação social, economia responsável, compromisso com os valores humanos, cuidado com a natureza e as pessoas, ação local e visão global.

Cidades Inteligentes – *Smart Cities*

As superpopulações das cidades trazem grandes questões a serem equalizadas, mas também é nelas que surgem as grandes inovações que permitirão às áreas urbanas serem locais possíveis de se viver com qualidade de vida em equilíbrio com o meio ambiente e o crescimento econômico.

Leite (2012, p. 12) destaca que “maiores densidades populacionais urbanas estão diretamente ligadas ao maior desenvolvimento de inovação urbana”. Para Leite (2012, p. 6) “o desenvolvimento urbano sustentável impõe o desafio de refazer a (cidade) existente, reinventando-a. De modo inteligente e inclusivo”. O autor reforça a necessidade da utilização de novos sistemas de tecnologia a serviço da governabilidade das cidades.

A democratização das informações territoriais com os novos sistemas de tecnologia de informação e comunicação deve favorecer a formação de comunidades participativas, além de *e-governance*: serviços de governo inteligente mais ágeis, transparentes e eficientes, pelo compartilhamento de informações. Ou seja, as cidades inteligentes, *smart cities*, podem e devem alavancar a otimização da vida urbana, seja com serviços avançados na (cidade) formal, seja nas novas oportunidades nos territórios informais. (Leite, 2012. p. 09).

As ideias que fundamentam os conceitos de Cidades Inteligentes (*Smart Cities*) ganharam maior evidência nos últimos anos quando grandes empresas e instituições como a IBM - International Business Machines, a Siemens e a MIT - Massachusetts Institute of Technology criaram áreas específicas para pesquisas neste segmento.

Em 2007, a União Europeia lançou um programa de incentivos à inovação nas cidades e Ramalho (2015, p. 13) cita que atualmente há mais de 140 projetos *smart cities* de relevância distribuídos no globo. O autor destaca alguns pela excelência e importância, como a *Smart Santander* na Espanha, os projetos Amsterdam *Smart City* na Holanda, Masdar *City* nos Emirados Árabes Unidos, Stockholm *Smart City* na Suécia e *SmartLondon* na Inglaterra.

Masdar nos Emirados Árabes é uma *smart city* que está sendo construída do zero, assim como Shenzhen na China e Songdo na Coreia do Sul. Estes projetos impulsionaram ainda mais este mercado que se abre como uma real possibilidade de transformação das cidades.

Leite (2012, p. 8) destaca que “devemos ficar atentos às imensas perspectivas que as tecnologias verdes, aliadas à gestão inteligente do território estão abrindo no desenvolvimento urbano de novos territórios, sejam novos bairros sustentáveis, sejam cidades inteiras verdes”.

No Brasil, cresce o número de cidades que tem aderido às frentes e programas das *Smart Cities* como as capitais São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória que foram eleitas no ranking *Connected Smart Cities do Urban Systems*, como as cidades mais inteligentes e conectadas do Brasil. Cidades menores também incorporam esta lista como Blumenau, Maringá, Itú, Poços de Caldas, Cuiabá, Fortaleza entre outras. No Ceará, na cidade de São Gonçalo do Amarante, *Startups* italianas de soluções *smart* em moradia estão construindo a primeira *Smart City* do zero no Brasil: a *Smart City Laguna* será composta de 5 mil casas, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida e prevê o uso de energia limpa, reaproveitamento de água, uso de mobilidade alternativa, *wi-fi* pública gratuita entre outras soluções integradas.

As cidades inteligentes (*smart cities*) usam a tecnologia para aprimorar a infraestrutura urbana e torna-las mais eficientes.

Para Washburn (2010), as cidades inteligentes são aquelas que usam tecnologias de *smart computing* para tornar os componentes das infraestruturas e serviços críticos – os quais incluem a administração da cidade, educação, assistência à saúde, segurança pública, edifícios, transportes e *utilities* – mais inteligentes, interconectados e eficientes. (Washburn, 2010, p.5, como citado em Weiss, 2017, p. 5).

O sistema de Internet das Coisas (*Internet of Things - IoT*) contribuem de forma substancial com as cidades inteligentes, pois segundo Babar e Arif (2017) as *IoT*s melhoram a qualidade de vida dos cidadãos e proporcionam excelência nos serviços tanto privados como públicos, como por exemplo: serviços de saúde, transporte, água e energia.

Oliveira Leite e Rezende (2017), destacam o uso dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação (TIC/ *IoT*s) para a gestão pública municipal, pois é nas cidades que os cidadãos demandam com maior intensidade, o empoderamento e maior participação no processo decisório. É nesta esfera que se responsabiliza a gestão pública da infraestrutura das cidades, questão intimamente ligada a qualidade de vida de seus cidadãos. Os autores ressaltam que o uso de informações eletrônicas fornece agilidade e eficiência às relações cidadão-governo e permite que as decisões estratégicas sejam tomadas com maior segurança embasadas em fonte de dados reais e variadas.

É importante observar que não há um modelo a ser replicado em todas as cidades, mas sim boas práticas que podem ser adaptadas a esta ou aquela cidade, pois cada cidade precisa ser estudada, interpretada e planejada como um organismo vivo e individual. Contudo, percebe-se que as cidades inteligentes estão aliadas à tecnologia e em pessoas criativas, que investem nas áreas do meio-ambiente, no consumo responsável e eficiente dos recursos naturais como água e energia, em alternativas de mobilidade urbana, na relação cidadão-governo por meio de aplicativos de internet e na qualidade de vida que englobam a saúde e educação, moradia, segurança e renda. A aplicabilidade dos conceitos das *smart cities* podem auxiliar as cidades rumo ao desenvolvimento sustentável do local.

Turismo Sustentável

O turismo nos últimos 15 anos vem ganhando força e papel de destaque na economia dos países. De acordo com dados da Organização Mundial do Turismo - OMT, o setor passou neste

período, de US\$450 bilhões para US\$1,2 trilhões de receita anual e emprega 1 em cada 11 empregos no mundo. Em 2016, o turismo mundial registrou recorde e cresceu 3,9% comparado a 2015. No Brasil, o turismo representa 3,7% do PIB, segundo dados do Ministério do Turismo, movimenta cerca de US\$ 7 bilhões de receita anual e emprega 8,5 milhões de brasileiros. Em 2016, com o evento das Olimpíadas, o setor cresceu 5% comparado a 2015. Considerado um dos países com grande potencial de turismo, com 7.500 km de praias, diversidade de recursos naturais e culturais, espera-se alcançar a receita anual de US\$ 20 bilhões (Embratur, 2017).

Porém, o maior desafio está em avançar com o turismo, produzindo retornos econômicos, sociais e ambientais positivos ao país de forma sustentável. Autores como Correa, Pimenta e Arndt (2009), Ribeiro e Stigliano organizado por Philippi e Ruschmann. (2010) bem como os órgãos envolvidos: ONU, OMT e o Ministério do Meio Ambiente - MMA concordam com o conceito de turismo sustentável baseado no Relatório Nosso Futuro Comum. (ONU, 1987).

Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro. (Ministério do Turismo, 2016).

O turismo sustentável está presente em 3 objetivos dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030: (i) ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Meta 9 - Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais. (ii) ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis: Meta 8.b - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais. (iii) ODS 14: Vida debaixo da água: Meta 7 - Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

Contudo, há concordância de pesquisadores técnicos e acadêmicos como Salazar, Bueno, Jiménez e Rodriguez, (2017), Barreto e Tavares (2017), Rabelo, Antonius, Girard, Ioris e Figueiredo (2017) sobre os impactos que o turismo causa às comunidades e ao meio ambiente, pois não há adoção de práticas sustentáveis por todos os *stakeholders* envolvidos. Barreto e Tavares (2017) cita Sancho e Irving (2011) nessa questão:

Apesar do potencial do turismo enquanto alternativa para a redução das desigualdades sociais e combate à pobreza, o enfoque de planejamento para o setor, prioritariamente centrado na perspectiva de desenvolvimento econômico, está ainda ancorado em uma lógica de mercado, que prioriza o lucro e o rápido retorno dos investimentos. Como resultado, o turismo tem sido também, frequentemente, um veículo significativo de impactos negativos sobre os destinos nos quais se desenvolve, contribuindo para o agravamento do processo de exclusão social. (Sancho & Irving, 2011, p. 45, como citado em Barreto e Tavares (2017, p. 582).

Ribeiro e Stigliano, organizado por Philippi e Ruschmann. (2010, p. 70), aponta os principais problemas das cidades turísticas como a “população flutuante, a sobrecarga dos serviços de saneamento em algumas épocas do ano, a dicotomia cidade do luxo e da pobreza, a pressão sobre os preços locais”.

Pimenta e Correa, organizados por Côrrea, Pimenta e Arndt, (2009, p. 193), destacam que para o turismo atingir os objetivos socioculturais e ambientais é necessário envolver e capacitar todos os *stakeholders*, sobretudo a comunidade local, no planejamento e gestão do turismo.

Para Cabral (2017), Rabelo, Antonius, Girard, Ioris e Figueiredo (2017) a indústria do turismo deve ser desenvolvida com a comunidade local, pois esta é a fonte dos conhecimentos e das culturas locais e é para elas que deve retornar grande parte das receitas do turismo, afim de que a própria comunidade se organize, fiscalize e conserve o seu patrimônio cultural e ambiental, seja em suas áreas urbanas, rurais ou em unidades de conservação.

Cabral (2017, p. 16) conclui que o “turismo permite que a troca de ideias e competências entre visitantes, fornecedores de serviços e comunidade local se traduz num enriquecimento para todas as partes e num aprimorar das relações”, ou seja, o turismo se bem planejado e gerido pode trazer ganhos à todos os atores envolvidos e de forma sustentável.

METODOLOGIA

O trabalho tem a abordagem mista, de natureza aplicada, com delimitação e design técnico de estudo de caso e realista do ponto de vista epistemológico. O objetivo é de caráter exploratório descritivo e analítico. Os procedimentos técnicos para a coleta de dados são a pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e a observação não participante. A análise dos dados é conduzida pela estratégia analítica fundamentada em referencial teórico.

A coleta de dados inclui consultas à documentos como plano diretor, leis, decretos e planos plurianuais. Para tal, a fonte de dados utilizada para o estudo é de origem secundária. As entrevistas semiestruturadas ao gestor público segue um roteiro de temas que tem a finalidade de compreender com maior profundidade o conteúdo dos documentos, obter pontos de vista diferentes sobre determinado tema e conseguir outras informações além das encontradas nos documentos. O pesquisador visita à cidade, para observação da cultura, da percepção do povo sobre as questões elencadas no estudo, para validar a análise dos documentos e entrevistas, bem como explorar aspectos pouco comuns ou não encontrados na pesquisa documental.

Os dados quantitativos coletados são numéricos e representam indicadores de desempenho da cidade. As coletas dos dados são obtidas de acordo com uma série temporal em sites oficiais públicos como o IBGE, SNIS, IPEA e DATASUL O Minitab V. 18 é empregado como ferramenta auxiliar computacional para efetuar os cálculos estatísticos e gerar os gráficos resumo. A partir da evolução temporal dos gráficos resumo são realizadas as leituras das relações entre as variáveis.

A análise e apresentação dos dados utiliza a estratégia de embasamento em proposições teóricas, pois há estudos sobre o desenvolvimento sustentável de cidades turísticas que orienta a condução, organização e análise dos dados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para analisar os efeitos da gestão participativa e das práticas de governança das administrações públicas municipais no desenvolvimento sustentável das cinco cidades é primordial primeiro compreender a diversidade e os pontos em comum dessas cidades, para na sequência identificar as políticas atuais em destaque que promovam o desenvolvimento sustentável do município e examinar os efeitos dessas políticas nos indicadores de desempenho.

As administrações públicas municipais dispõem de instrumentos, ferramentas e procedimentos elaborados pelo governo federal para organizar e planejar o desenvolvimento da cidade com a participação social. São exemplos destes instrumentos, o plano diretor participativo, os conselhos municipais, as assembleias públicas, os orçamentos e os planos plurianuais, bem como a prestação de contas à sociedade. Entretanto, observa-se que muitos municípios não os utilizam ou adotam de forma parcial, a fim de somente atender a um requisito legal. Contudo, é certo que cada município possui sua cultura local, que deve ser respeitada, e

cabe à administração local adequar os procedimentos das normas e leis aos costumes e à linguagem de sua população.

As cinco cidades turísticas pesquisadas espelham essa rica diversidade presente nos municípios brasileiros seja por fatores históricos, geográficos, demográficos ou culturais. O quadro 1 – Indicadores de perfil dos municípios resume características dessas cidades, demonstra seus pontos diversos e em comum e, apresenta o cronograma de vista *in loco* às cidades para a entrevista a um gestor público e a observação não-participante.

Perfil\Cidade	Bombinhas/SC	Ilhabela/SP	Cairu/BA	Caldas Novas/GO	Mateiros/TO
Região	Sul	Sudeste	Nordeste	Centro Oeste	Norte
Povoada/Emancipada	1527 - 1992	1502 - 1901	1531 - 1938	1722 - 1911	1960 - 1991
População 2017	18.623	33.354	18.224	84.900	2.614
Área km ²	35,923	346,389	463,344	1.608,44	9.681,66
Densidade 2010	397,99	81,13	33,35	44,16	0,23
Geografia – Características	Península	Arquipélago	Arquipélago	Estância Hidrotermal	Desertos e Cachoeiras
Clima	Subtropical	Tropical	Subtropical	Tropical	Tropical
Bioma	Mata Atlântica	Mata Atlântica	Mata Atlântica	Cerrado e Mata Atlântica	Cerrado
Unidades de Conservação	Morro do Macaco e da Galheta, Reserva do Arvoredo e de Zimbros.	Parque Estadual de Ilhabela	APA de Tinharé (Morro de São Paulo) e Boipeba	Parque Estadual da Serra de Caldas Novas	Parque Estadual do Jalapão
Área APA/APP	19,5 km ² – 54,16%	294,389 km ² - 85%	433 km ² - 93,45%	121,59 km ² - 7,55%	4.617,30 km ² - 47,69%
Economia (tipo)	Turismo e Pesca (Mergulho)	Turismo e Comércio. (Vela)	Turismo, pesca e agricultura (Morro de SP)	Turismo e comércio (Águas Termais)	Turismo e artesanato (Capim Dourado)
Atrativos	39 praias – mergulho	42 praias, cachoeiras e trilhas	26 ilhas. Tinharé (Morro de São Paulo) e Boipeba	Estância hidrotermal	Trilhas <i>off-road</i> , cachoeiras, rios e fervedouros.
Energia limpa ou reuso da água	Captação da água da chuva/prédios	Energia solar/Boneto	Não	Reuso na rede hoteleira	Não
Mobilidade	Transporte coletivo não integrado	Balsa, Transporte coletivo não integrado	Barco e a pé	Transporte coletivo não integrado	Utilitários com tração e a cavalo.
Plano Diretor	Sim	Sim	Em Andamento	Sim	Sim
Planos Plurianuais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Portal da Transparência	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Internet pública	Em implantação	Sim	Sim, parcial	Não	Não
Pesquisa <i>in loco</i>	Abr/17	Set/17	Nov/17	Mai/18	Mai/18

Quadro 1 - Indicadores de Perfil dos Municípios
Fonte: Elaborado pelos Autores (2018).

Observa-se no quadro 1 que os municípios, mesmo sendo em regiões distantes do Brasil, com cultura e geografia variadas, apresentam dados que revelam pontos importantes em comum a serem analisados. Percebe-se que as cidades têm suas economias baseadas no turismo diretamente relacionado às suas belezas e recursos naturais, possuem expressivas áreas ambientais protegidas, porém a mobilidade em certas cidades apresenta dificuldades e as iniciativas de energia limpa e reuso dos recursos naturais são incipientes.

Verifica-se que há instrumentos de participação e controle social implantados e que o uso da tecnologia tem se tornado um aliado às administrações públicas no relacionamento com a sociedade.

Vaz, Ribeiro e Matheus (2013, p.2) abordam a “articulação entre as aplicações da tecnologia e a promoção dos direitos de cidadania associados à sua utilização para a governança pública”. O autor explora a questão de que a tecnologia tanto pode servir para realizar a prestação de contas à sociedade, permitindo o controle social das políticas públicas, como pode ser utilizada para realizar consultas públicas sobre um determinado assunto de interesse local. Contudo, enfatiza que a informação disponibilizada deve ser de fácil acesso, completa e livre.

Oliveira e Rezende (2017) destacam o uso das TICs como ferramenta vital para a gestão estratégica e de desempenho dos governos municipais, auxiliando as cidades em sua transformação para cidades inteligentes e sustentáveis.

Fung (2015, p. 513) destaca o potencial da participação cidadã para promover três valores da governança democrática: eficácia, legitimidade e justiça social. O autor justifica que as crescentes restrições ao setor público em muitas sociedades, combinadas com a crescente demanda pela participação cidadã, e as mudanças na tecnologia digital, abriram o caminho para inovações participativas voltadas para uma governança eficiente.

Segundo Castellà e Parés (2012), os municípios desenvolvem experiências das mais diversas de democracia participativa com o propósito de administrar sociedades cada vez mais diversificadas e complexas.

Considerando a diversidade das cidades, o estudo identifica e descreve as práticas adotadas pelas administrações públicas municipais selecionadas que estão promovendo a gestão participativa e atendendo os princípios da governança pública relacionadas as dimensões do desenvolvimento sustentável. O quadro 2 apresenta o resumo dessas políticas que se destacaram na fase da coleta de dados. As ações identificadas nas cidades ora se assemelham e ora divergem entre si, pois cada cidade enfrenta desafios peculiares ao local, além dos conjunturais nacionais.

Econômica

Bombinhas/SC	Projeto Orla - Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima
Ilhabela/SP	Projeto Orla - Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima
	Agenda Anual de Eventos para a Geração de Renda
Cairu/BA	Fomento do Ecoturismo e Turismo de Massa
Caldas Novas/GO	Gestão dos Parques Aquáticos, Clubes e Rede Hoteleira
Mateiros/TO	Incentivo ao Empreendedorismo local

Social

Bombinhas/SC	Garantia de atendimento de 100% da saúde básica
	PM de Educação de Bombinhas 2015 – 2025. Educação Integral
Ilhabela/SP	Regularização Fundiária
	Fundação da Casa dos Conselhos
Cairu/BA	Criação da Secretaria Municipal da Juventude
Caldas Novas/GO	Participação de Alunos e Professores em ações sociais e ambientais
	Fundação da Casa dos Conselhos da Rede de Ensino
Mateiros/TO	Ações de incentivo à EAD e Participação popular na política
	Garantia da Saúde Básica
	Regularização Fundiária

Ambiental

Bombinhas/SC	Expansão do saneamento básico para 97% do município até 2021 Retomada da Coleta seletiva de lixo e projeto Bota Fora.
Ilhabela/SP	Expansão do Saneamento Básico aos Bairros
Cairu/BA	Solução ao Esgoto e Lixo a céu aberto. Um problema de todos.
Caldas Novas/GO	Gestão das Empresas Mineradoras das Águas Termais Expansão Imobiliária com Saneamento Básico Adequado
Mateiros/TO	Ações de incentivo ao Reuso do lixo Projeto Corredor Ecológico da Região do Jalapão. Integração das áreas de proteção ambiental.

Quadro 2 - Ações e Políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaborado pelos Autores (2018).

Quando da coleta de dados sobre a tríade econômica-social-ambiental, observa-se a polarização inicial das prioridades da sociedade, que se concentram na geração de renda e preservação do meio ambiente, especialmente com a questão do esgoto sanitário. As questões que envolvem o saneamento básico nessas cidades estão mais evidentes à sociedade, pois elas dependem economicamente, pelo turismo, de suas belezas e recursos naturais, que estão sendo comprometidas pela falta de saneamento básico adequado, e não pela causa de outros problemas, como à saúde e evasão escolar, por exemplo.

Os temas prioritários relacionados à dimensão social se concentram na saúde e educação, e a maioria das pessoas tem o entendimento que a melhoria desses depende diretamente do crescimento econômico e não das escolhas na priorização das políticas públicas do município.

O quadro 3 apresenta políticas destacadas na coleta de dados que se inter-relacionam às três dimensões da tríade da sustentabilidade demonstradas no quadro 2.

Políticas que repercutem nas 3 dimensões	
Bombinhas/SC	Revisão do Plano Diretor Participativo. Transparência e Prestação de Contas via Portal da Prefeitura e edição de revistas.
Ilhabela/SP	Projeto Cidade Digital – <i>wifi</i> gratuito à população. Transparência e Prestação de Contas via Portal da Prefeitura e edição de jornais.
Cairu/BA	Projeto Cidade Digital – <i>wifi</i> gratuito à população. Transparência e Prestação de Contas via Portal da Prefeitura.
Caldas Novas/GO	Transparência e Prestação de Contas via Portal da Prefeitura.
Mateiros/TO	Transparência e Prestação de Contas via Portal da Prefeitura.

Quadro 3 - Políticas que repercutem nas 3 dimensões.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2018).

O plano diretor participativo está destacado na cidade de Bombinhas, pois a cidade está efetuando sua revisão para melhorar e garantir o ordenamento urbano, porém já está estabelecido em Caldas Novas e em processo de implantação ou revisão nas outras cidades.

Observa-se que as cidades onde as políticas públicas integram no seu processo a participação social, também demonstram o exercício dos princípios da governança pública de legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e prestação de contas (*accountability*). Considera-se, portanto, que uma gestão pública participativa coexiste com os princípios de governança pública.

Percebe-se que os projetos em andamento aliam a tecnologia no relacionamento público-sociedade e ganham evidência no processo de políticas públicas das cidades de pequeno porte.

Ademais, cada cidade apresenta um nível de amadurecimento distinto no processo de gestão participativa e nas práticas de governança pública. O nível de maturidade dos processos de políticas públicas analisados apresenta relação com a história e cultura da cidade.

A participação social na elaboração e controle das políticas públicas têm alterado a prioridade das implementações das políticas públicas e a forma de relacionamento entre a sociedade e a administração pública municipal. Quanto mais organizada e atuante for a sociedade civil na gestão do seu município, mais esta sociedade tem o sentimento de pertencimento e comprometimento com o futuro de sua cidade.

Segundo Mitchell e Fazi (2017), é possível mudar o status quo, com uma visão progressista e emancipadora da soberania nacional, baseada na soberania popular, no controle democrático da economia, no pleno emprego, na justiça social, na redistribuição dos ricos para os pobres, a inclusão e, mais geralmente, a transformação sócio ecológica da produção e da sociedade. A soberania popular é alcançada pela participação social no processo das políticas públicas.

Contudo, para concluir a análise dos efeitos das políticas aplicadas no desenvolvimento sustentável de cidades sob administrações que conduzem as suas gestões de formas participativa e alinhadas às práticas de governança pública, total ou parcialmente, são examinados a evolução temporal de indicadores que objetivam avaliar aspectos da sustentabilidade de uma cidade.

O quadro 4 apresenta indicadores selecionados da norma NBR ISO 37120.2017 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionada ao desenvolvimento sustentável das cidades. O quadro 4 resume os resultados das relações positivas, negativas ou oscilantes encontradas na evolução temporal dos indicadores de desempenho efetuados através de gráficos de dispersão.

CIDADE/ INDICADOR	BOMBINHAS	ILHABELA	CAIRU	CALDAS NOVAS	MATEIROS
<i>População (1999 – 2017)</i>	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva
Econômico					
<i>PIB (1999 – 2014)</i>	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva
<i>PIB per capita (1999 – 2014)</i>	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva
<i>IDHM (1991 – 2010)</i>	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva
Social					
<i>Taxa mortalidade infantil (2008 – 2014)</i>	Oscilante com piora nos últimos anos	Oscilante com piora nos últimos anos	Oscilante com melhora nos últimos anos	Oscilante com melhora nos últimos anos	Oscilante com piora nos últimos anos
<i>Taxa analfabetismo (1991 – 2010)</i>	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva
<i>IDEB anos iniciais (2005 – 2015)</i>	Positiva	Oscilante com melhora nos últimos anos	Oscilante com melhora nos últimos anos	Positiva	Oscilante com melhora nos últimos anos
<i>IDEB anos finais (2005 – 2015)</i>	Oscilante com piora nos últimos anos	Positiva	Positiva	Positiva	Oscilante com piora nos últimos anos
<i>Média salários mínimos (2007 – 2015)</i>	Oscilante com melhora nos últimos anos	Oscilante com melhora nos últimos anos	Oscilante com melhora nos últimos anos	Oscilante com melhora nos últimos anos	Oscilante com melhora nos últimos anos
<i>Taxa homicídios (2003 – 2013)</i>	Oscilante com melhora nos últimos anos	Oscilante com melhora nos últimos anos	Oscilante com piora nos últimos anos	Oscilante com melhora nos últimos anos	Oscilante com melhora nos últimos anos

<i>Ambiental</i>					
<i>Abastecimento de água (2006 – 2015)</i>	Positiva	Oscilante com piora nos últimos anos	Oscilante com melhora nos últimos anos	Negativa	Não há dados
<i>Esgotamento sanitário (2006 – 2015)</i>	Sem alteração significativa – baixo percentual	Positiva	Negativa	Oscilante com melhora nos últimos anos	Não há dados
<i>Distribuição de energia elétrica (2003 – 2013)</i>	Positiva	Positiva	Positiva	Sem alteração significativa – alto percentual	Positiva

Quadro 4 - Evolução dos Indicadores de Desempenho
 Fonte: Elaborado pelos Autores (2018).

Verifica-se no quadro acima que os indicadores da dimensão econômica e da evolução da população das cidades obtiveram crescimento tanto na população, como no PIB, PIB per capita e IDHM no período mensurado.

Na dimensão social a educação demonstra taxas de analfabetismo com melhora no período. A mesma relação percebe-se nas notas do IDEB - anos iniciais, mesmo com oscilações ao longo dos anos. Nas notas do IDEB - anos finais a evolução positiva não é percebida em todas as cidades. A quantidade média de salários mínimos se manteve estável ao longo período, com tendência de melhora. A taxa de mortalidade infantil e de homicídios apresentam oscilações em todas as cidades no período mensurado.

No pilar ambiental, percebe-se a precariedade do saneamento no Brasil, principalmente com relação ao esgotamento sanitário. Na questão do abastecimento de energia elétrica identifica-se uma tendência positiva mais significativa.

Considerando o contexto geral das três dimensões analisadas em cidades que apresentam políticas de gestão participativa como o plano diretor participativo, uso dos conselhos municipais, das assembleias públicas e de práticas de governança, no qual puderam ser observadas com maiores detalhes os princípios da transparência e da prestação de contas, surgem considerações importantes a serem destacadas.

A evolução dos indicadores sociais e ambientais analisados não refletiu na mesma proporção do crescimento econômico destas cidades. Percebe-se significativa dispersão entre as receitas aferidas pelos municípios, o progresso social e a infraestrutura ambiental.

A análise dos indicadores demonstra que o crescimento econômico por si só, não acarreta melhoria nos benefícios sociais e ambientais. É preciso que haja escolhas políticas alinhadas aos anseios da população, que se obtém pela participação efetiva do cidadão no processo de políticas públicas e em planejamentos e ações com visão de futuro, de médio e longo prazo.

Sachs (2007, p. 23) atenta para o fato que o crescimento econômico, por si só não gera o desenvolvimento sustentável, e sim é o instrumento de se obter a inclusão social e o meio-ambiente sustentável. Segundo o autor é necessário criar espaços à níveis locais para promover o debate e negociação pelos representantes de todas as forças vivas da sociedade, e que esta pactuação local se transferirá à nível regional e federal. “A visão do desenvolvimento no futuro é o de um desenvolvimento participativo e negociado. Ou seja, deve-se organizar o debate em todos os níveis, desde o desenvolvimento local.” (Sachs, 2007, p.28).

O crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Portanto, a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão dos serviços sociais que o crescimento econômico pode possibilitar. (Sen, 2010, p. 57).

Outro ponto importante a ser considerado na análise de cidades com economias voltadas ao turismo e que não são evidentes na análise quantitativa dos dados, mas refletem nestes, é o envolvimento da comunidade no trade turístico. A população deve ser envolvida nos projetos e políticas voltadas ao crescimento do turismo da região, pois estes dependem da geração de renda e dos benefícios sociais e ambientais que o desenvolvimento pode propiciar.

Tomazin e Ramiro (2016, p. 161) concluem e defendem “a ideia de que o turismo tradicional e o turismo de base comunitária podem ser percebidos como complementares, afinal, atendem às necessidades de diferentes grupos das sociedades receptoras.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar os efeitos da gestão participativa e práticas de governança da administração pública municipal no desenvolvimento sustentável de uma cidade foram identificadas e descritas políticas das administrações públicas da amostra, que se utilizam da gestão participativa e dos princípios da governança pública na promoção do desenvolvimento sustentável e foram comparados e analisados indicadores de desempenho que expressam aspectos importantes da sustentabilidade de uma cidade.

Na identificação das políticas observou-se a polarização inicial das prioridades da sociedade, que se concentram na geração de renda e preservação do meio ambiente, especialmente com a questão do esgotamento sanitário. As deficiências do saneamento básico, além dos impactos ambientais, afetam diretamente a economia do local que depende de suas belezas e recursos naturais para a promoção do turismo e geração de renda.

Os temas prioritários relacionados à dimensão social se concentraram na saúde e educação. A maioria dos entrevistados tem o entendimento que a melhoria desses aspectos depende diretamente do crescimento econômico e não das escolhas na agenda das políticas públicas do município.

Dos princípios da governança pública ficou mais evidente, na coleta de dados, a cobrança da sociedade por transparência e prestação de contas dos gestores públicos, bem como o acesso às informações em linguagem simples e clara.

Na referência dessas ações e políticas com as dimensões da sustentabilidade verificou-se que as mesmas se inter-relacionam e interdependem entre si. Os estudos evidenciaram que gestões públicas participativas exercem, total ou parcialmente, os princípios da governança pública: de legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e prestação de contas (*accountability*). Conclui-se que uma gestão pública participativa apresenta grande interdependência com os princípios de governança pública.

Constatou-se que o exercício da participação cidadã e das práticas de governança conduzem ao amadurecimento da sociedade e da gestão pública minimizando os efeitos dos impasses e obstáculos que surgem no decorrer do processo das políticas públicas. Além disso, as etapas de uma política pública, enquanto diagnóstico dos problemas da sociedade, priorização (agenda), formulação, legalização, implementação e avaliação são validadas com a participação social promovidas por gestões públicas participativas

A análise de indicadores que espelham aspectos essenciais do desenvolvimento sustentável de uma cidade confirmou proposições trazidas por autores como Sachs (2007, 2009), Sen (2010), que o crescimento econômico é importante, mas é preciso realizar escolhas políticas adequadas para que se transforme em benefícios sociais e ambientais. A evolução positiva do PIB e PIB per capita não conduz necessariamente ao progresso social e ao meio ambiente saudável.

Outro ponto valoroso a ser considerado pela análise qualitativa e referenciado em autores como Cabral (2017), Rabelo, Antonius, Girard, Ioris e Figueiredo (2017), Tomazin e Ramiro (2016) é a importância do envolvimento da comunidade no trade turístico da região.

Constatou-se nas cidades da amostra que o turismo de base comunitária promove benefícios econômicos, sociais e ambientais à sociedade local.

No entanto, o Brasil é um país de território continental onde a diversidade é imensa, seja pela sua história, cultura, geografia ou fatores socioeconômicos, e cada gestão pública em conjunto com a sociedade deve encontrar a melhor forma de incorporar a participação social no processo das políticas públicas locais, a fim de que a população seja ouvida em seus anseios por melhoria na geração da renda, benefícios sociais e ambientais. Os modelos de ferramentas de gestão e de planejamento patrocinados pelo governo federal auxiliam os gestores públicos em suas atribuições, porém precisam ser adequados a sua realidade e linguagem local.

Observou-se na análise empírica das cidades que a percepção de desenvolvimento sustentável se assemelha entre as cidades pesquisadas. A comunidade quilombola de Mateiros/TO enfrenta desafios diferentes e reage de forma distinta do que a comunidade pesqueira de Bombinhas/SC, mas ambas têm a visão de desenvolvimento fundamentados nas dimensões econômicas (geração da renda), social (saúde e educação) e ambiental (preservação, manejo adequado e saneamento básico).

Conclui-se que a participação social aliada às práticas de governança pública na formatação e controle das políticas públicas se apresenta como um caminho possível para alcançar a soberania popular sobre o processo de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável da sua cidade.

Por fim, há de se considerar a importância da aplicação dos conceitos das *smart cities* e as *IoT*s como ferramentas de auxílio às cidades e ao turismo na transição urbana para um ambiente sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Acesso em 20 de novembro, 2017. Disponível: <http://www.aneel.gov.br>.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Acesso em 23 de setembro, 2017. Disponível: <http://abnt.org.br>.

Atlas Brasil. Acesso em 14 de novembro, 2017. Disponível: <http://atlasbrasil.org.br> .

Babar, M. & Arif, F. (2017). *Smart urban planning using big data analytics based internet of things*. *ACM International Symposium on Wearable Computers*. (pp. 397-402). Maui, Hawaii, Estados Unidos.

Barreto, E.O. & Tavares, M.G.C. (2017). O Turismo de Base Comunitária em uma comunidade ribeirinha da Amazônia: O Caso de Anã na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Santarém (PA). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo. (v.10, n.3, pp.579-611).

Cabral, M. (2017). Turismo criativo para todos: uma base para o planejamento sustentável de destinos. *Dedica: Revista de Educação e Humanidades*. (v.12. pp.11-32).

Castellà, C. & Parés, M. (2012). Participação e qualidade democrática: uma proposta de critérios de qualidade. *Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, pp. 207-251.

Correa, M. L., Pimenta, S. M. & Arndt, J. R. L. (2009). *Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências*. Belo Horizonte. Autêntica.

DATASUS – Departamento de Informática do sistema único de saúde. Acesso em 10 de novembro, 2017. Disponível: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo. Acesso em 10 de novembro, 2017. Disponível: <http://www.embratur.gov.br/> .

Franz, N. M. (2018). *Gestão Participativa, Práticas de Governança e o Desenvolvimento Sustentável em Cidades Turísticas de Pequeno Porte*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE. Curitiba, PR, Brasil.

Fung, A. (2015). *Putting the public back into governance: The challenges of citizen participation and its future*. *Public Administration Review*, v. 75, n. 4, pp. 513-522.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso de 05 a 16 de dezembro, 2017 e em 10 de maio, 2018. Disponível: <https://www.ibge.gov.br> .

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Acesso em 21 de janeiro, 2018. Disponível: <http://ideb.inep.gov.br/resultado> .

IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Acesso em 16 de novembro, 2017. Disponível: <http://www.ipea.gov.br/portal> .

Leite, C. (2012). *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre. Bookman.

Ministério do Meio Ambiente. Acesso em 13 de novembro, 2017. Disponível: <http://www.mma.gov.br> .

Ministério do Turismo. Acesso em 19 de setembro, 2017. Disponível: <http://www.turismo.gov.br> .

Mitchell, W. & Fazi, T. (2017). *Reclaiming the State*. University of Chicago Press.

Nações Unidas. Acesso em 29 de agosto, 2017. Disponível: <https://nacoesunidas.org> .

Oliveira Leite, L. & Rezende, D. A. (2017). *E-gov. estratégico: governo eletrônico para gestão do desempenho da administração pública*. Appris Editora e Livraria Eireli-ME,

OMT - Organização Mundial do Turismo. Acesso em 04 de julho, 2018. Disponível: <http://www2.unwto.org> .

Philippi, A., Jr. & Ruschmann, D. V. M. (2010). *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri/SP. Manole.

Portal da Prefeitura Municipal de Bombinhas. Acesso de 04 de abril, 2017 a 08 de junho, 2018. Disponível: <http://www.bombinhas.sc.gov.br> .

Portal da Prefeitura Municipal de Cairu. Acesso de 10 de agosto de 2017 à 08 de junho de 2018. Disponível: <http://www.cairu.ba.io.org.br> .

Portal da Prefeitura Municipal de Caldas Novas. Acesso de 04 de setembro de 2017 à 02 de junho de 2018. Disponível: <https://www.caldasnovas.go.gov>.

Portal da Prefeitura Municipal de Ilhabela. Acesso de 15 de junho de 2017 à 08 de junho de 2018. Disponível: <http://www.ilhabela.sp.gov.br>.

Portal da Prefeitura Municipal de Mateiros. Acesso de 20 de setembro à 08 de junho de 2018. Disponível: <http://cairu.ba.io.org.br>.

Programa de cidades sustentáveis. Recuperado em 18 de maio, 2018, de <http://www.cidadessustentaveis.org.br> .

Rabelo, M.T.O., Antonius, K.A. J., Girard, P., Ioris, A.A.R. & Figueiredo, D.M. (2017). *Percepção dos atores sociais do turismo sobre o pulso de inundação do Pantanal (MT)*. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo. (v.10, n.3, pp.708-736).

- Ramalho, J. L. B. R. (2015). *Smart Cities - Fazer uma Avaliação do Estado da Arte do Conceito e Hierquizar, Com Base Numa Metodologia de Decisão, as Medidas a Implementar no Território de Intervenção da Energia*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Engenharia Universidade do Porto. Porto. Portugal.
- Rego, J. A. A. (2013). Cidades Sustentáveis: Lidando com a urbanização de forma ambiental, social e economicamente sustentável. Recuperado em 04 de julho, 2017 de <http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/17.-PNUMA-Artigo.pdf>.
- Sachs, I. (2007) Organizado por Nascimento, E. P. & Vianna. J. N. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil, Rio de Janeiro. Garamond.
- Sachs, I. (2009). Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro. Garamond.
- Salazar, A. S., Bueno, M. A. G., Jiménez, A. R. & Rodriguez, D. A. F. (2017). *Perspectivas del Turismo Comunitario: un camino a la inclusión social de las comunidades y la conservación de los recursos naturales. Estudio de caso*. KIKAME – Revista Digital de Divulgacion e Investigacion Turística. Tepic, Nayarit. México. (v. 3, pp. 93-105).
- Sen, A. (2010). Desenvolvimento como liberdade (*Development as freedom*); tradução Motta, L. T. São Paulo: Companhia das Letras.
- SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Acesso em 11 de novembro, 2017. Disponível: <http://www.snis.gov.br>
- Tomazin, M. & Ramiro, P. A. (2016). Turismo de Base Comunitária: uma possibilidade pensada com os moradores do Bairro Alto do Cruzeiro, em São Luiz do Paraitinga/SP. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, pp. 155-171.
- Vaz, J. C., Ribeiro, M. M. & Matheus, R. (2013). Desafios para a Governança Eletrônica e Dados Governamentais Abertos em Governos Locais. In: WTRANS13-Workshop de Transparência em Sistemas.
- Weiss, M. C., Bernardes, R. C. & Consoni, F. L. (2017). Cidades inteligentes: casos e perspectivas para as cidades brasileiras. Revista Tecnológica da Fatec Americana. (v. 5, n. 1, pp. 01-13).